

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO: DOS VALORES INSTITUCIONAIS AOS PROCEDIMENTOS DEMOCRÁTICOS NA ESCOLA

Marilucia FERREIRA

MF Educacional

marilucia@mfeducacional.com.br;

Ana Maria Falcão de ARAGÃO

Universidade Estadual de Campinas – SP – Brasil

anaragao@unicamp.br

Resumo: Desde 1980, a prioridade dada à escola pública foi a gestão democrática, por meio de um projeto político-pedagógico (PPP) que garantisse procedimentos e ações participativas, decisões coletivas e responsabilidades pelos processos nos quais o aluno aprenderia a *viver com, operar/pensar com* e valorizar a comunicação construtiva, como meio de aprimoramento humano, o que nem sempre ocorreu. Durante este ano letivo, realizamos a formação mensal e remota de um grupo de gestores de uma rede pública municipal do interior de São Paulo, com o objetivo de promover a discussão acerca do Plano de Convivência Ética na escola, aliado ao seu projeto político-pedagógico. Os valores, os princípios e as regras democráticas eram discutidos, para que se estabelecesse uma relação com os projetos das escolas, o qual buscou conectar o Plano de Convivência Ética (as práticas morais) ao aspecto político-pedagógico das escolas, de sorte a instrumentalizar a escola na direção de um fazer democrático. Nesse caso, propusemos a consulta no PPP, com o objetivo de descentralizar e democratizar a tomada de decisões pedagógicas e organizacionais da instituição, procurando maior participação dos agentes escolares, tendo sido viabilizada a autonomia da escola em construir e efetivar sua proposta educativa. Para isso, é importante que se busque o entendimento dos conflitos interpessoais, dos valores e da justiça que sustentam as regras, ante a pergunta norteadora deste trabalho: quais os conceitos estruturantes, a fim de que a escola ressignifique suas práticas em convivência democrática? Assim, defendemos a necessidade de um entendimento, para que essas dimensões sejam ressignificadas e possam favorecer a construção do sentido e, conseqüentemente, uma lógica que embase encaminhamentos e tomadas de decisão pela equipe de gestão, tais como procedimentos perante desavenças, além de justiça que restaure relações e sanções, favorecendo, portanto, o respeito e a solidariedade.

Palavras-chave: Projeto Político-Pedagógico, Conflitos, Valores morais

INTRODUÇÃO

O processo participativo é indissociável do trabalho desenvolvido na gestão democrática. No entanto, não raramente, são constatadas percepções reducionistas, por parte das lideranças das instituições educacionais, as quais se utilizam de ferramentas avaliativas diversas, mais como protocolos a serem cumpridos do que propriamente para os fins declarados de uma gestão democrática, promotora de diálogo. O objetivo deste artigo é dar a ver como a comunidade escolar ressignificou os conceitos estruturantes que fundamentam a prática cotidiana. Revelar os procedimentos de que o gestor dispõe para chegar a um projeto de escola que seja político, isto é, participativo e dialógico. Nesse sentido, pontua-se a relevância de uma observação formativa perante os processos, favorecendo e potencializando a responsabilidade dos diferentes envolvidos.

Compreendendo que a responsabilidade em aprender não é somente do aluno, torna-se premente apresentar ao gestor alternativas de ações - práticas morais - que possibilitem atuar em diferentes âmbitos da escola, orientando o estudo dos valores, conflitos e regras da realidade escolar para o alcance das expectativas traçadas nos objetivos da instituição. A finalidade é envolver a comunidade e afetá-la, no sentido de *querer fazer* para o bem comum. Assim, busca-se indicar a importância de se pautar a cultura da convivência e do trabalho escolar em valores morais e não somente em prazos de entrega e planos os quais se distanciam da função política de uma educação comprometida com o desenvolvimento da autonomia.